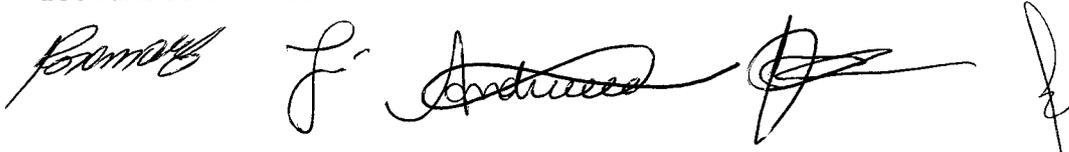


**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI –
27/10/2021**

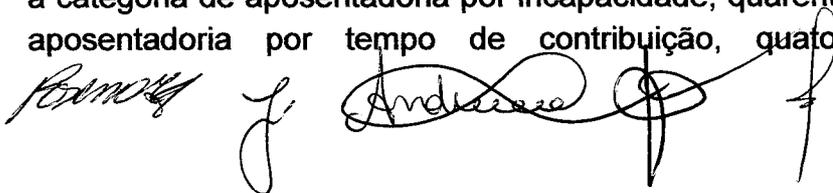
Aos vinte e sete dias de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas, deu-se início a 10ª (décima) Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal, realizada na Sala de Reuniões do IPREVI, localizada à Av. dos Expedicionários, n.º 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocados através da Carta/CF/012/2021. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa, Luiz Henrique Rodrigues Cunha e Rosemary Pereira Gonçalves. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Setembro/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Setembro/2021; c) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão do mês Setembro/2021; d) Apresentação do Relatório de Prova de vida realizadas no mês de Setembro/2021; e) Apresentação do relatório de pensões e aposentadorias concedidas no mês de Setembro/2021; f) Apresentação do Acompanhamento dos Acordos de Parcelamentos e Amortização Atuarial; g) Apresentação do Relatório de Compensação Previdenciária do Mês de Setembro/2021; h) Apresentação do Balancete do mês de Setembro/2021; i) Apresentação do Controle Mensal da Taxa de Administração do Mês de Setembro/2021; j) Apresentação do Relatório Trimestral do Controle Interno; k) Apresentação da Minuta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022; l) Outros. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando a todos os presentes e prosseguiu para a apreciação das Movimentações Financeiras – Setembro/2021. Nesse sentido, foi evidenciado que na categoria de renda fixa, apenas um dos treze fundos com alocação teve performance negativa, sendo esse do segmento de médio prazo, que contou com 20,35% (vinte vírgula trinta e cinco por cento) das alocações, enquanto o curto prazo ficou com 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento) das alocações, longo prazo com 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento), gestão duration com 22,50% (vinte e dois vírgula cinquenta por cento). Já na categoria de renda variável, no segmento de ações, que representou 28,60% (vinte e oito vírgula sessenta por cento) das alocações da carteira, apenas dois dos quinze fundos no segmento de ações tiveram rentabilidade positiva. No segmento de multimercado, que contou com 8,91% (oito vírgula noventa e um por cento) das alocações, todos os sete fundos com alocação se desempenharam negativamente, o mesmo que ocorreu com o fundo do segmento imobiliário que representou 0,86% (zero vírgula oitenta e seis por cento) da alocação dos recursos da carteira. Já em relação aos investimentos no exterior, cuja alocação dos recursos ficou em 10,07% (dez vírgula zero sete por cento), dois dos cinco fundos tiveram performance negativa. Como última categoria, foi apresentado o desempenho dos fundos onde se encontram alocados os recursos da Taxa de Administração



para esse exercício, bem como sua reserva para construção da sede, ambos de curto prazo e com resultado positivo. Assim, o fundo de reserva teve um retorno de R\$ 13.639,69 (treze mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos), derivando em um saldo de R\$ 2.984.359,61 (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e cinqüenta e nove reais e sessenta e um centavos) enquanto o fundo da taxa de administração do exercício teve um resgate de R\$ 92.967,36 (noventa e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos) para custeio das despesas administrativas e um retorno de R\$ 4.191,57 (quatro mil, cento e noventa e um reais e cinqüenta e sete centavos), fechando o mês com um saldo de R\$ 722.497,47 (setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos). Assim, ao se apreciar os recursos financeiros de setembro de 2021, a categoria de renda fixa ficou com o saldo de R\$ 86.096.237,34 (oitenta e seis milhões, noventa e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) e uma alocação de 51,55% (cinqüenta e um vírgula cinqüenta e cinco por cento), a categoria de renda variável teve um saldo de R\$ 64.103.199,32 (sessenta e quatro milhões, cento e três mil, cento e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) e um percentual de 38,38% (trinta e oito vírgula zero trinta e oito por cento), os ativos no exterior tiveram como saldo R\$ 16.818.795,50 (dezesseis milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) e uma alocação de 10,07% (dez vírgula zero sete por cento), já os depósitos a vista ficaram com um saldo de R\$ 2.818,58 (dois mil, oitocentos e dezoito reais e cinqüenta e oito centavos) e um percentual de 0,00% (zero por cento). Os recursos, portanto, fecharam a competência com o valor global de R\$ 167.021.050,74 (cento e sessenta e sete milhões, vinte e um mil, cinqüenta reais e setenta e quatro centavos). Quando da alocação dos investimentos por IF, verificamos que a BB Gestão de Recursos DTVM assumiu a posição de maior percentual de alocação, com 22,41% (vinte e dois vírgula quarenta e um por cento) dos recursos da carteira alocados em seus fundos, seguida pela Caixa Econômica Federal com 20,77% (vinte vírgula setenta e sete por cento) e pelo Santander Brasil Asset Management com 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento), sendo o restante da carteira distribuídos por IFs com menos de 6% (seis por cento) de alocação cada. Em seguida, houve a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos, elaborado pela consultoria de investimentos, dentre os principais dados apresentados, como fundos que formaram a carteira, o saldo, porcentagem de participação e classificação na Resolução CVM n.º 3922, foram expostos também os enquadramentos, desenquadramentos, análise de risco e rentabilidade dos fundos. Nesse sentido, foi demonstrado que no mês de setembro houve uma rentabilidade geral negativa de R\$ 2.521.069,12 (dois milhões, quinhentos e vinte um mil, sessenta e nove reais e doze centavos), representando um retorno do mês de menos 1,52% (um vírgula cinqüenta e dois por cento), face uma meta para o mês de 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento). Logo, o saldo do mês foi



fechado em R\$ 163.311.375,08 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e onze mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos), sendo que com o resultado de setembro, o retorno acumulado do exercício passou para o negativo no valor de menos R\$ 2.408.570,43 (dois milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e três centavos), resultando em uma porcentagem de rentabilidade acumulada até o mês de setembro de menos 1,44% (um vírgula quarenta e quatro por cento) enquanto a meta acumulada figura em 11,37% (onze vírgula trinta e sete por cento), existindo assim, um gap acumulado de menos 12,70% (doze vírgula setenta por cento). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último demonstrou que em setembro foram pagos duzentos e setenta e oito aposentados e cento e onze pensionistas. No que se refere aos aposentados, R\$ 389.608,75 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oito reais e setenta e cinco centavos) foram custeados pelo IPREVI e R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos) pela PMI. Já quanto aos pensionistas, foram custeados pelo IPREVI R\$ 121.362,63 (cento e vinte e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) e pela PMI, R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Assim, foram pagos pelo IPREVI referente ao Plano Previdenciário R\$ 510.971,38 (quinhentos e dez mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) e pela PMI referente ao Plano Financeiro, R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Dessa maneira, a folha mensal representou um montante de R\$ 438.019,85 (quatrocentos e trinta e oito mil, dezoito reais e oitenta e cinco centavos) com as aposentadorias e R\$ 153.969,75 (cento e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos) com as pensões, representando um saldo total de R\$ 591.989,60 (quinhentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). Em seguida, foi apresentado o relatório de quantitativo de benefícios, esse demonstrou que em setembro havia duzentos e setenta e oito aposentadorias, cento e onze pensões por morte, onze concursados e três diretoras, havendo, portanto, um acréscimo de três aposentadorias e diminuição de uma pensão em relação ao mês anterior. A pauta posterior foi a análise do Relatório do Controle Interno referente aos principais números do setor de Benefícios e Protocolo até o mês de Setembro, sendo demonstrado que até a competência já foram realizados duzentos e sessenta e quatro recadastramentos de aposentados e pensionistas de um montante a recadastrar de duzentos e sessenta e seis, os dois recadastramentos não realizados foram em decorrência do falecimento do beneficiário. Especificamente em setembro, foram recadastrados todos os trinta e dois aposentados aniversariantes e os sete pensionistas. Quanto à composição dos benefícios, no fechamento de setembro, cinquenta beneficiários correspondiam à categoria de aposentadoria por incapacidade, quarenta e dois à categoria de aposentadoria por tempo de contribuição, quatorze à aposentadoria



compulsória, cento e setenta e quatro à aposentadoria por idade e cento e onze à pensão por morte, totalizando trezentos e noventa e um beneficiários. Assim a folha de pagamento dos beneficiários do mês foi composta 44,50% (quarenta e quatro vírgula cinquenta por cento) por aposentados por idade, 28,40% (vinte e oito vírgula quarenta por cento) por pensionistas, 12,80% (doze vírgula oitenta por cento) por aposentados por incapacidade permanente, 10,70% (dez vírgula setenta por cento) por aposentados por tempo de contribuição e 3,60% (três vírgula sessenta por cento) por aposentados compulsoriamente. No que se refere ao Setor de Protocolo, ficou demonstrado que foram abertos no mês de setembro: três processos de solicitação de benefícios e onze administrativos, não tendo sido cancelado nenhum processo na competência, totalizando quatorze processos abertos. Dessa maneira, até o final do mês, foram abertos no exercício, trinta e oito processos de solicitação de benefício previdenciário, cento e cinqüenta e sete processos administrativos e cancelados sete processos abertos, totalizando assim, duzentos e dois processos na Autarquia. Após, foi apresentado o relatório referente às compensações previdenciárias, demonstrou que em setembro foi fechado um valor a pagar de R\$ 1.973,54 (mil, novecentos e setenta e três reais e cinqüenta e quatro centavos), referente à quatro compensações, um valor a receber de R\$ 2.703,41 (dois mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos) referente à seis compensações, tendo sido efetivamente recebido o valor de R\$ 729,87 (setecentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Até o fechamento da competência, havia sessenta e seis requerimentos em análise, o somatório do valor a pagar até o mês de setembro é de R\$ 17.974,29 (dezessete mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos), R\$ 24.330,69 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) de valor a receber, tendo efetivamente recebido R\$ 5.626,53 (cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinqüenta e três centavos). Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 9.448.645,43 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 19.425.596,52 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinqüenta e dois centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 14.412.710,75 (quatorze milhões, quatrocentos e doze mil, setecentos e dez reais e setenta e cinco centavos), restando um valor a pagar de R\$ 46.815.940,02 (quarenta e seis milhões, oitocentos e quinze mil, novecentos e quarenta reais e dois centavos). Em seguida, foi apresentada a proposta para a Lei Orçamentária do IPREVI de 2022, sendo estimada uma despesa de R\$ 37.250.000,00 (trinta e sete milhões e duzentos e cinqüenta mil reais),

Romário

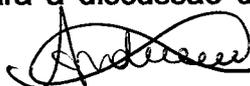
J. Anderson

Anderson

J. Anderson

J. Anderson

distribuídos em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o projeto atividade 0.024 – Adequação e Manutenção dos Recursos Humanos, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o projeto atividade 1.011 – Construção da Sede Administrativa, R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para o projeto atividade 2.080 – Gestão Operacional – Taxa Administrativa, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o projeto atividade 2.081 – Adiantamento, Viagens e Capacitações, R\$ 30.370.000,00 (trinta milhões e trezentos e setenta mil reais) para o projeto atividade 2.082 – Pensões e Aposentadoria e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o projeto atividade 2.083 – Benefícios Estatutários e Assistenciais. Já em relação à despesa, essa foi estimada em R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), arrecadações divididas entre as diferentes dotações de contribuição dos servidores civis ativos, inativos e pensionistas, sendo essas duas últimas também divididas de acordo com seus respectivos planos de custeio, remuneração dos recursos do RPPS, outros valores mobiliários, outras restituições, compensações financeiras entre regimes, outras receitas, contribuições sociais intra-orçamentárias, contribuição patronal e demais receitas intra-orçamentárias. A diferença nos valores da receita e despesa se deu pelo fato do recurso proveniente da Prefeitura Municipal para custeio dos benefícios do Plano Financeiro ser classificado como transferência concedida, sendo contabilizado internamente como transferência recebida, não sendo arrecadado como receita e sim, como lançamento extraorçamentário. Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, sendo informado aos conselheiros que o valor demonstrado aos conselheiros no mês anterior relativo à folha de pagamento estava incorreto, corrigido no presente relatório. Esse último demonstrou que durante o mês de setembro foram utilizados R\$ 41.741,44 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal até o referido mês durante o exercício de R\$ 399.369,55 (trezentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), e R\$ 51.953,66 (cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado, estagiários e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 507.988,22 (quinhentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até o fechamento de setembro R\$ 907.357,77 (novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 703.702,79 (setecentos e três mil, setecentos e dois reais e setenta e nove centavos). Ao finalizar o relatório do Controle Interno, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Setembro que



fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 172.342.177,68 (cento e setenta e dois milhões, trezentos e dois mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e oito). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Prosseguindo, foi informado aos conselheiros que conforme solicitado pelos mesmos na última reunião extraordinária, foi nomeada uma nova Comissão Sindicante para apuração dos fatos tratados no Processo Administrativo nº 072/2021. Seguindo a exposição da Portaria, foi lido o relatório final da referida Comissão que, após apuração, indicou não terem sido identificadas irregularidades nos fatos por ela analisados. A Diretora Presidente informou que devido ao não encaminhamento de todos os dados pertinentes à elaboração do relatório trimestral do Controle Interno, esse não pode ser finalizado, portanto não será apresentado nessa reunião, sendo remarcada a sua apresentação para a próxima reunião ordinária. Foi apresentado ainda aos conselheiros os resultados finais do Prêmio Destaque Brasil de Gestão Previdenciária 2021 da ABIPEM, no qual o IPREVI foi classificado em primeiro lugar, e o 12º Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária da ANEPREM, no qual o IPREVI foi classificado em oitavo lugar. Como última pauta foi proposto aos conselheiros a mudança da forma de registro da ata, uma vez que todas são transcritas manualmente no livro ata, método com pouca celeridade. Dessa maneira, foi aprovado pelos conselheiros que as atas sejam impressas, assinadas e coladas no livro ata. Ao final, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 10ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

Antonio Carlos da Silva
Antônio Carlos da Silva
Andréa da Silva Lima
Anderson Antonio Rocha da Silva
Dr. Prof.ª a. f. m.